

Entenda como será o julgamento de Bolsonaro

Ex-presidente e aliados são acusados de cinco crimes

Por Karoline Cavalcante

A partir de terça-feira (2), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) dará início a um dos julgamentos mais relevantes da história recente da democracia brasileira. O ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) e outros sete ex-integrantes do alto escalão do governo federal serão julgados por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes. Estão previstas sessões para os dias 2, 3, 9, 10 e 12 de setembro.

A ação penal 2668 mira o que a Procuradoria-Geral da República (PGR) classificou como o “núcleo crucial” da trama golpista: um grupo estratégico de militares, políticos e ex-ministros que, segundo a acusação, atuaram para inviabilizar o resultado das eleições de 2022 e manter Bolsonaro no poder de forma ilegítima. As acusações incluem cinco crimes: tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração de bens tombados.

Peso político

Além de seu conteúdo jurídico, o julgamento carrega enorme peso político. Como avalia a advogada criminalista Daniela Poli Vlavianos, do escritório Arman Advocacia, uma eventual condenação do ex-presidente pode ter impacto direto sobre o cenário eleitoral de 2026, reconfigurando alianças e expectativas de candidaturas. Segundo ela, a ação penal avança em ritmo incomum para os padrões do Supremo. A denúncia foi aceita em março de 2025, e o julgamento tem início menos de seis meses depois — um contraste com casos emblemáticos como o do Mensalão, que demoraram anos para chegar à fase decisiva.

“Do ponto de vista político, o julgamento tem potencial de alterar o cenário eleitoral de 2026, dado que envolve diretamente um ex-presidente ainda com influência significativa sobre parte da sociedade. O aparato de segurança montado em Brasília, com reforço das forças federais e varreduras nas residências dos



Valter Campanato/Agência Brasil

Julgamento de Bolsonaro acontecerá na Primeira Turma

ministros, demonstra a tensão em torno do caso”, afirmou a advogada em entrevista ao Correio da Manhã.

Daniela também pondera que, apesar do cronograma definido, a conclusão pode demorar. “A previsão inicial é de conclusão em cerca de duas semanas, ou seja, ainda em setembro. Contudo, caso algum ministro peça vista, o regimento permite prazo de até 90 dias, prorrogáveis por mais 30, o que pode empurrar o desfecho para o próximo ano, mantendo por mais tempo um clima de instabilidade política e institucional”, explicou.

Julgamento

A primeira sessão será aberta pelo presidente da Primeira Turma, ministro Cristiano Zanin, e terá início com a leitura do relatório pelo relator, ministro Alexandre de Moraes. Em seguida, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, terá até duas horas para apresentar a acusação. As defesas dos réus falarão em seguida, com uma hora cada, iniciando pela defesa do ex-ajudante de ordens da Presidência tenente-coronel Mauro Cid, que firmou acordo de colaboração premiada. Como ele é um denunciante, suas alegações são feitas antes para que haja oportunidade de defesa para os demais com relação a algo que ele acuse.

Ao fim das sustentações orais, Moraes apresentará seu voto, podendo ou não tratar separadamente de questões preliminares

— como a validade da delação de Cid — antes do mérito. Depois do relator, votarão os ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e, por último, Zanin. A decisão será por maioria simples entre os cinco ministros.

Caso os réus sejam condenados, o colegiado deliberará sobre a dosimetria das penas. Em caso de absolvição, o processo será arquivado. Eventuais embargos ou recursos podem levar o caso ao plenário do STF.

O STF organizou um esquema especial de segurança para o período do julgamento. Há monitoramento digital de ameaças, varreduras nas residências dos ministros e articulação direta com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. A Polícia Federal também passou a monitorar a residência de Jair Bolsonaro, que cumpre prisão domiciliar.

Réus

Além do ex-presidente Jair Bolsonaro, também respondem à ação penal o deputado federal e ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha almirante Almir Garnier Santos; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional general da reserva Augusto Heleno; o ex-ministro da Defesa general da reserva Paulo Sérgio Nogueira; o ex-ministro da Casa Civil general da reserva Walter Braga Netto; além de Mauro Cid.

Ramagem, por estar no exer-

cício do mandato, responde apenas parcialmente às acusações — os crimes relacionados aos atos de 8 de janeiro de 2023 foram suspensos enquanto ele ocupa o cargo. Todos os acusados negam as imputações.

Repercussão

A revista britânica The Economist estampou Bolsonaro na capa de sua edição semanal com o título “O que o Brasil pode ensinar à América”, divulgada nesta quinta-feira (28). A publicação compara o ex-presidente ao “xamã viking” da invasão do Capitólio nos EUA em 6 de janeiro de 2021 e classifica o julgamento como um teste para a democracia. Segundo a reportagem, o Brasil estaria “dando exemplo de maturidade institucional”, ao contrário de democracias ocidentais que enfrentam retrocessos populistas.

“Isso nos remete a uma era sombria e passada, em que os Estados Unidos, habitualmente, desestabilizavam os países latino-americanos. Felizmente, a interferência do Sr. Trump [Donald Trump, presidente dos EUA] provavelmente sairá pela culatra”, diz o trecho, em menção às recentes sanções aplicadas pela Casa Branca contra o Brasil e suas autoridades, como a aplicação da Lei Magnitsky — criada para punir violações graves de direitos humanos e casos relevantes de corrupção — contra Moraes, além do anúncio de tarifas a produtos brasileiros.

Moraes pede parecer sobre suspensão de denúncia contra blogueiro

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou o prazo de cinco dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre o recurso da Defensoria Pública da União (DPU) que solicita a suspensão do andamento da denúncia do plano de tentativa de golpe de Estado contra o empresário e blogueiro Paulo Figueiredo Filho.

Neto do ex-general João Batista Figueiredo, último presidente na ditadura militar, o empresário foi um dos denunciados pela PGR ao Supremo, não ofereceu resposta à acusação nem indicou advogado particular. Diante da situação, Moraes determinou que a DPU assumisse a defesa.

Ele mora nos Estados Unidos e foi notificado da denúncia por edital. A medida ocorre quando a Justiça não consegue entrar em contato com a parte de um processo.

Em junho, Alexandre de



Moraes deu cinco dias para PGR se manifestar sobre decisão

Moraes declarou o blogueiro notificado sobre a denúncia ao entender que, apesar de não apresentar defesa, Paulo Figueiredo publicou diversos vídeos

na internet com comentários sobre o ministro e disse que é perseguido por ele.

No entendimento da DPU, o processo deve ser suspenso,

de acordo com as regras do Código de Processo Penal (CPP). Se a suspensão for rejeitada, o órgão defende que uma carta rogatória seja enviada pela diplomacia brasileira aos Estados Unidos para citar Figueiredo.

“Tendo em vista que o investigado foi citado por edital, não compareceu ao processo nem constituiu advogado para lhe defender, pugna-se pela reconsideração da decisão monocrática pelo colegiado para que o presente processo e o curso do prazo prescricional sejam suspensos”, defendeu a DPU.

Além das acusações de colaborar com a trama golpista na difusão de fake news sobre sistema eleitoral, Figueiredo é acusado de auxiliar o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras e o cancelamento de vistos de ministros do STF.

Por André Richter (Agência Brasil)

CORREIO BASTIDORES

Divulgação/Marinha do Brasil



Banda Sinfônica se apresenta no Theatro Municipal

Theatro Municipal recebe homenagem aos 116 anos

Para comemorar seus 116 anos, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro contará com um concerto especial que reúne a Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais e diversos artistas nesta sexta-feira (29), às 19h.

Além da Banda Sinfônica, os fãs da arte e do Theatro poderão assistir de forma totalmente gratuita aos artistas dos Corpos Permanentes de Dança, Coro

e Orquestra do TMRJ. O espetáculo tem o conceito de apresentar uma retrospectiva dos principais momentos que marcaram a trajetória do Theatro até os dias atuais, envolvendo a convergência de diversos gêneros musicais, do clássico e erudito ao popular, do internacional ao nacional. A ideia é levar o público por uma verdadeira imersão na arte centenária.

Banda Sinfônica

A Banda Sinfônica se apresenta no Theatro Municipal desde 1974. A partir de então, seus integrantes emocionam o público com um repertório de canções clássicas e populares, nacionais e internacionais. O emocionante espetáculo tem duração de cerca de 2 horas.

Participações

O evento terá participações especiais, como a dos artistas dos Corpos Permanentes de Dança, Coro e Orquestra do Theatro Municipal e crianças e adolescentes do Programa Forças no Esporte (PROFESP) em uma das canções no line-up. É nesta sexta-feira (29), 19h.

Ricardo Stuckert / PR



Presidente está em Minas para divulgar PAC Seleções

Lula chama Zema de ‘falso humilde’ e critica governador

O presidente Lula criticou novamente o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, chamando-o de “falso humilde” após sua participação no programa Roda Vida na última segunda (25).

“Não faço distinção a nenhum governador, nem ao de Santa Catarina, que me ataca todo dia, nem ao Zema que mente. Por-

que o Zema é um falso humilde. Quem quiser conhecer que assista a Roda Viva”, disse o presidente Lula à TV mineira. No programa, Zema destacou seu distanciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, a quem apoiou nas eleições em 2018, mas defendeu que os crimes respondidos por Bolsonaro sejam anistiados.

Crítica

“Ele tenta vender uma humildade que ele não tem, um comportamento que não condiz com a necessidade de Minas Gerais”, disse o presidente Lula em entrevista para um programa de TV regional, acusando Zema de não pagar as dívidas do estado que governa.

“Melhor Mineiro”

“Minas é o estado mais sabido politicamente e merecia um governador melhor que o Zema, um melhor mineiro, que não fosse um falso humilde e fosse mais verdadeiro. A Minas de Tiradentes, de Henfil, Frei Beto, de Dilma”, declarou o presidente Lula na ocasião.

Agenda

Segundo maior colégio eleitoral do Brasil, Minas Gerais, viu Lula se tornar presidente após eleições acirradas em 2022. Nesta sexta-feira (29) e na próxima semana, o presidente segue pelo estado, apresentando as novidades do programa de desenvolvimento PAC Seleções.

Polarização

Questionado sobre as eleições de 2026, já no próximo ano, Lula declarou: “No mundo inteiro uma eleição quando tem dois candidatos, vai ser polarizada. Não acho que vai ter espaço para uma terceira via, as pessoas vão ter que escolher um lado”, concluiu o presidente.